

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

WESLEY FERNANDO DE ANDRADE HILÁRIO

**A NARRATIVA DO CORPO E O CORPO DA NARRATIVA: A EXPERIÊNCIA
INTERSEX EM *MIDDLESEX*, DE JEFFREY EUGENIDES**

**Dourados, Mato Grosso do Sul
2016**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

WESLEY FERNANDO DE ANDRADE HILÁRIO

**A NARRATIVA DO CORPO E O CORPO DA NARRATIVA: A EXPERIÊNCIA
INTERSEX EM *MIDDLESEX*, DE JEFFREY EUGENIDES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduado em Licenciatura em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Dourados.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Pressotto

**Dourados, Mato Grosso do Sul
2016**

HILÁRIO, Wesley Fernando de Andrade. *A narrativa do corpo e o corpo da narrativa: a experiência intersex em Middlesex*, de Jeffrey Eugenides. Dourados-MS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Pressotto
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Profª. Drª Márcia Maria de Medeiros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Profª Ma. Maria Luana dos Santos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Aprovado em 22/11/2016

Ao Tio Lando, que já não está mais ao meu lado, mas lá de cima continua me motivando a sempre ser quem eu sou.

AGRADECIMENTOS

Durante os anos de graduação tive a grata satisfação de contar com a presença de pessoas que me possibilitaram condições para sua conclusão. Neste texto, que sela a finalização de tal etapa, me cabe agradecê-las. A ordem que aqui disponho o nome dessas pessoas não importa. Cada uma, a seu modo, tem um valor ímpar e por isso merecem ser citadas.

Primeiramente agradeço a minha mãe pelo amor, carinho, amizade e apoio que eu só poderia ter com ela. Sobretudo, agradeço por acreditar em mim e sonhar os meus sonhos! Amo você!

Agradeço ao professor Paulo Henrique Pressotto pela orientação dada por quase dois anos de pesquisa. Grato também a todos os meus professores do curso de Graduação em Letras (Português e Inglês) pelos ensinamentos e diálogos proporcionados durante esses quatro anos. Ainda, agradeço às professoras Márcia Maria de Medeiros e Maria Luana dos Santos por terem aceitado participar como banca avaliadora deste trabalho e pelas excelentes contribuições.

É impossível eu não me lembrar das pessoas que estiveram comigo desde quando cheguei em solo sul-mato-grossense e das que entraram em minha vida depois de algum tempo. Por isso, agradeço a todos os colegas da XIII Turma de Letras/Português e Inglês (Arthur, Carolina, Cinthia, Eduardo, Gabriel, Iza, Marielly e Valéria) pelos quatro anos que passamos juntos; em especial, a minha amiga Isabela por ela ter sempre sido quem ela é e por sempre ter me permitido ser quem eu sou. Também sou grato a pessoas como o Alan, a Stefany, a Jack e a Silvana por serem pessoas que acreditam em mim, me apoiam e desejam o meu desejo. Especialmente, sou grato a Lays, por todo o carinho, incentivo e principalmente por mostrar o poder que tem a palavra. Tem muito dela neste trabalho. Obrigado por tudo!

Nesses últimos quatro anos, os amigos que “do lado de lá” ficaram quando embarquei para chegar “do lado de cá” nunca foram por mim esquecidos. Entre os tantos amigos, agradeço ao Otávio, amigo-irmão, pelas conversas por telefone, pelas palavras de carinho e afeto. Sem dúvidas, esse tempo serviu para nos aproximar, embora estejamos tão longe.

Especialmente, agradeço ao Silvano pelo companheirismo, força e também pelos momentos únicos que tivemos juntos nesses últimos anos. Obrigado!

RESUMO

A partir de uma articulação entre os pressupostos teóricos acerca dos estudos narratológicos e da epistemologia queer, o objetivo deste texto consiste em mostrar quais as estratégias textuais e as estratégias narrativas mobilizadas por Jeffrey Eugenides na escrita de *Middlesex* que permitem questionar e subverter o regime heteronormativo do sexo e do gênero. Interessa-nos, estritamente, mostrar como a intersexualidade, uma condição corporal histórica, social e culturalmente entendida como anormal e patológica, é contestada por meio do plano da enunciação literária, principalmente por elementos como focalização, narração e do tema contido no próprio enredo. Na primeira parte do texto fazemos algumas considerações teóricas sobre a narratologia e sobre a teoria queer e sua relação com a intersexualidade, e na segunda parte realizamos a análise do romance. Por fim, argumentamos que a literatura, enquanto artefato cultural, pode ser entendida não apenas um objeto capaz de representar grupos minoritários, mas também como uma estratégia de reorganizar o imaginário social sobre eles, tal como o faz Jeffrey Eugenides ao empreender a escrita de seu romance sobre um intersex.

ABSTRACT

From the articulation between the theoretical assumptions about the narratological studies and the queer epistemology, the purpose of this text is to show that textual strategies and narrative strategies mobilized by Jeffrey Eugenides to write *Middlesex* that allow us to question and subvert heteronormative regime of sex and of gender. our interest is to show how intersexuality, a historical body condition, socially and culturally understood as abnormal and pathological, is challenged by the level of literary enunciation, mainly elements like focus, narrative and theme contained in the plot itself. In The first part of the text we do some theoretical considerations about the narratology and the queer theory and its relationship with intersexuality and the second part performed the analysis of the novel. Finally, we argue that literature as a cultural artifact, can be understood not only an object capable of representing minority groups but also as a strategy to reorganize the social imaginary about them, as does Jeffrey Eugenides to undertake the writing of your novel about a intersex.

SUMÁRIO

RESUMO	[05]
ABSTRACT	[07]
INTRODUÇÃO	[09]
1 DA TEORIA DO TEXTO E DA TEORIA DO CORPO	[13]
1.1 Da teoria do texto: alguns apontamentos sobre a narratologia.....	[14]
1.2 Da teoria do corpo: a intersexualidade é queer.....	[18]
2 (DES)CONSTRUIR O TEXTO, (DES)FAZER O CORPO OU SOBRE QUANDO A EXPERIÊNCIA INTERSEX É NARRADA	[27]
2.1 Narração e focalização na subversão da intersexualidade.....	[28]
2.2 O discurso médico subvertido no corpo intersex e no corpo do texto.....	[35]
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
Sobre a literatura como estratégia de humanização dos corpos.....	[45]
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	[47]

INTRODUÇÃO

A escrita deste trabalho tem uma história que merece ser contada. Há quase dois anos atrás, durante o tempo livre que eu dispunha de um evento acadêmico que era realizado na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, entrei em uma livraria para conferir os títulos que pareciam muito bem expostos a quem passava por ali. Desde que iniciei o curso de Letras, esse gesto fortuito de observação tomou conta de mim, talvez como forma de suprir todos os anos de leitura que não tive o prazer de conhecer e que só então, quando me tornei um estudante universitário, inevitavelmente conheci. Em meio a livros de tantas cores e tamanhos naquelas prateleiras, um me chamou a atenção tanto pelo tom colorido e vibrante que tinha sua capa quanto pelo título que, num primeiro momento, me pareceu bastante sugestivo: tratava-se de *Middlesex*, romance do escritor estadunidense Jeffrey Eugenides.

Cumpré lembrar que naquele período, em minha mente havia o peso que (quase) todos os estudantes de graduação carregam: a escolha de um tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Reconheço que talvez fosse exagero e desnecessária tanta preocupação, contudo, mais do que a produção de um texto acadêmico, a feitura do TCC era, para mim, a realização de um ato político, já que minha pretensão residia em nele colocar anseios pessoais, vontades de um jovem homem que viera de muito longe para conhecer a si mesmo, desejar o que talvez fosse o indesejável quando era criança e, também, ultrapassar as barreiras que foram socialmente impostas em seu caminho.

Após alguns minutos folheando o livro, lendo algumas das linhas da poética sinopse disponível na contra-capa, comprei. Fiz dele um alimento: devorei. Instigado pela riqueza de temas e possibilidades de análise que a obra trazia, procurei o professor Paulo Henrique Pressotto para esboçarmos um projeto que, adiante, pudesse resultar em meu TCC. Alguns meses depois, durante o ofício e o ócio de uma madrugada em frente ao computador, a divulgação de um evento me chamou a atenção: tratava-se do I Congresso Internacional e II Congresso Nacional de Literatura e Gênero, promovido pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto (UNESP/IBILCE), que em sua abertura teria como conferencista a

filósofa estadunidense Judith Butler. Naquele momento, vi a oportunidade de não apenas participar de um grande evento, tal como era anunciado, mas também de assistir a palestra daquela considerada a maior referência dos estudos de gênero e sexualidade no mundo.

Com o trabalho escrito e aceito para apresentação, participamos do evento. No aguardo pela publicação do texto nos Anais do evento, fomos surpreendidos pelo resultado de que nosso artigo, intitulado *O corpo queer em Middlesex, de Jeffrey Eugenides*, fora selecionado para fazer parte da segunda edição do Livro Literatura e Gênero, ainda a ser publicado. Após um amadurecimento de ideias, pensamos em escrever um texto que pudesse apresentar maior ênfase em aspectos literários, resultando, portanto, no trabalho aqui em questão.

A discussão em torno do indivíduo hermafrodita tem sido feita há muitos séculos dentro dos campos médico, jurídico, filosófico, entre outros (MACHADO, 2008a). Contudo, há pouco mais de quarenta anos, o assunto tornou-se pauta de diferentes áreas acadêmicas das Ciências Humanas e Sociais como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia.

O ineditismo deste trabalho reside, pois, no fato de que não há, dentro da produção acadêmica brasileira, nenhum outro que toma a intersexualidade como tema de estudo no âmbito literário ou mesmo que tenha adotado o romance *Middlesex* como objeto de pesquisa.

Assim, a partir de uma articulação entre os pressupostos teóricos acerca dos estudos narratológicos e da epistemologia queer, o objetivo deste texto consiste em mostrar quais as estratégias textuais e as estratégias narrativas mobilizadas por Jeffrey Eugenides na escrita de *Middlesex* que permitem questionar e subverter o regime heteronormativo do sexo e do gênero. Interessa-nos, estritamente, mostrar como a intersexualidade, uma condição corporal histórica, social e culturalmente entendida como anormal e patológica, é contestada por meio do plano da enunciação literária, principalmente por elementos como focalização, narração e do tema contido no próprio enredo.

No intento de responder a tal questão, o projeto do presente trabalho está dividido em duas partes, além desta *Introdução* e das *Considerações Finais*. Lembre-

se, pois, que essas partes não se pretendem exaustivas. Ao contrário, são fragmentos que concorrem para alcançar o objetivo proposto e também para provocar questionamentos, deixar frestas que possibilitem direcionamentos para futuros trabalhos sobre a representação da intersexualidade em âmbito literário, seja com o romance aqui eleito ou não.

Na primeira, intitulada *Da teoria do texto e da teoria do corpo*, apresentamos uma série de proposições acerca da construção cultural do corpo e fazemos alguns apontamentos acerca dos princípios narratológicos e teóricos que regem este texto. Esta parte, porém, será dissolvida na análise do capítulo seguinte.

No segundo capítulo, intitulado *O corpo da narrativa e a narrativa do corpo*, dissolvemos tais pressupostos teóricos na análise de *Middlesex*. O romance que narra a vida de uma menina que aos dezesseis anos descobre que é intersexual e a partir desse momento vê a possibilidade de revelar ao mundo quem ela realmente é a partir da transição de seu gênero, tornando-se, então, um menino, pode ser lido como um texto que subverte as normas do sexo e do gênero não somente pelo conteúdo que traz em suas mais de quinhentas e setenta páginas, mas também pela forma como foi escrito, isto é, por meio de determinadas estratégias textuais e estratégias narrativas que cabem aos estudos narratológicos analisá-las e compreendê-las. O que se nota em *Middlesex* é que na densa narrativa sobre o corpo intersex da personagem protagonista e os conflitos provocados por essa condição – e é este o tema central do romance –, o autor utiliza elementos específicos capazes de desestabilizar o imaginário social de que a intersexualidade é uma anormalidade.

Por fim, nas *Considerações finais*, refletimos acerca de como a literatura pode ser compreendida como um artefato cultural onde é possível não somente a representação de grupos minoritários como os intersex, os homossexuais e as lésbicas, por exemplo, mas também como um espaço capaz de legitimar e reivindicar um espaço social para esses corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. A discussão pretendida pode, portanto, ser sintetizada nas seguintes perguntas: a) em que sentido a literatura pode ser entendida como um campo de realização política capaz de provocar percepções outras sobre os seres humanos e seus diferentes modos de vida?; b) seria ela, a literatura, um meio efetivo de reconfigurar o entendimento construído social e historicamente sobre os corpos, gêneros e

sexualidades?; c) e por fim, qual o papel da escrita literária na desestabilização do imaginário cultural em relação aos sujeitos intersex?

Capítulo I

DA TEORIA DO TEXTO E DA TEORIA DO CORPO

Nesta parte do texto fazemos algumas considerações sobre o aporte teórico que sustenta a análise do romance *Middlesex*. Primeiramente falamos sobre a narratologia enquanto disciplina de estudo no âmbito literário, apontando para alguns conceitos que serão utilizados posteriormente, e depois falamos sobre a relação entre a sexualidade com a teoria queer.

1.1 Da teoria do texto: alguns apontamentos sobre a narratologia

Ao identificarmos e analisarmos quais são as *estratégias textuais* e as *estratégias narrativas* utilizadas por Jeffrey Eugenides na narrativização da experiência intersex da personagem marcada por tal condição no seu romance *Middlesex*, inserimos este trabalho no campo dos estudos da *narratologia*.

De acordo com Reis e Lopes (1988, p. 109), por estratégia compreende-se, num sentido amplo, “uma atitude ou um conjunto de atitudes organizativas, prevendo determinadas operações, recorrendo a instrumentos adequados e opções táticas precisas, com o intuito de se atingir objetivos previamente estabelecidos”.

Já no âmbito dos estudos literários, segundo os autores, por estratégia entende-se uma “descrição do processo de comunicação literária e das entidades que nela participam” (p. 109). Diante disto, as conceituações de Reis e Lopes (1988) sobre o que são *estratégias textuais* e *estratégias narrativas* devem, então, ser explicitadas. Sobre o primeiro termo os autores dizem:

”[...] uma *estratégia textual* constitui uma atitude que mediatamente interfere na construção do texto: optando por determinado modo e gênero literário, perfilhando certos códigos em detrimento de outros, valorizando signos literários específicos e levando a cabo articulações sintáticas adequadas, o autor investe no processo de codificação da mensagem uma certa competência que solicita, como termo correlato, a competência do leitor apto a corresponder às exigências da *estratégia textual* instaurada” (REIS; LOPES, 1988, p. 110, ênfase no original).

E em relação ao segundo termo:

As *estratégias narrativas* serão, pois, entendidas como procedimentos de incidência pragmática, acionados por esse sujeito (fictício) da enunciação que é o *narrador*, procedimentos que, condicionando diretamente a construção da narrativa, se destinam a provocar junto do *narratário* efeitos precisos: da apreensão do peso

relativo dos vários elementos diegéticos à constituição de pontuais reações judicativas, da persuasão ideológica à demonstração de teses sociais, esses efeitos têm que ver diretamente com o contexto periodiológico em que eventualmente se situe a narrativa e com as suas dominantes temáticas, metodológicas, epistemológicas. Para atingir os objetivos que persegue, o narrador opera com códigos e signos técnico-narrativos, também eles suscetíveis de serem sugeridos por imposições periodológicas [...] (REIS; LOPES, 1988, p. 110-111, ênfase no original).

Diante de tais considerações, o que se pode inferir disso é que, na escrita de seu romance, Jeffrey Eugenides mobiliza alguns elementos no plano textual e no plano narrativo com vistas a subverter e mesmo rearranjar a noção cultural sobre a intersexualidade e mais ainda sobre o imaginário que se tem do gênero como categoria baseada no sexo. No plano textual há, como será mostrado adiante, cenas em que há uma focalização e uma voz narrativa que permite ao leitor aproximar-se do vivido pela personagem, enquanto que no plano narrativo há a colocação de um discurso científico sobre a intersexualidade e sobre uma “teoria do gênero” que, na época em que o romance está situado, era tomado como verdade única e irrefutável, mas que no desenvolvimento da trama é refutado pelas ações da própria personagem protagonista.

Foi na década de 1960, mais precisamente no ano de 1966, que a narratologia surgiu enquanto disciplina, quando da publicação das obras *Figuras*, de Gérard Genette; *Problemas de linguística geral*, de Émile Benveniste; *Semântica estrutural*, de Greimas; e a publicação do oitavo número da revista *Communications*, editada pelo Centro de Estudos de Comunicações de Massa de Paris. Por seu início ter se dado no encontro entre a semiótica e o estruturalismo francês, a narratologia se debruçou sobre a análise dos diferentes formatos da narrativa, contudo, foi em relação à narrativa literária em que ela mais se concentrou, uma vez que “a narrativa literária desfruta de uma projeção que não se pode ignorar, [e por isso] não se estranhará que os conceitos [da narratologia] com ela relacionados apareçam largamente contemplados” (REIS; LOPES, 1988, p. 5).

Segundo Genette, a narratologia, desde seu início, se desdobrava em duas grandes vertentes, onde a primeira se concentrava na análise da história e dos conteúdos, e a segunda que direcionava-se à análise do relato como representação das histórias, isto é, a forma como elas eram contadas.

De acordo com Genette, focalização implica em um modo de seleção e restrição das informações veiculadas na narrativa. O que mais se questiona em sua forma de estudo é a distinção que se faz entre modo e voz: ou seja, “entre a pergunta qual é a personagem cujo ponto de vista orienta a perspectiva narrativa?, e esta bem distinta pergunta, quem é o narrador”, ou entre “quem vê” e “quem fala”.

Na sua abordagem, a focalização implica uma restrição da informação no nível do discurso narrativo, que é, antes de tudo, responsabilidade do narrador, em relação ao campo de visão de uma personagem da história. Se não há essa restrição, se o narrador demonstra saber mais que a personagem, a narrativa é não-focalizada ou de focalização zero.

Quando o narrador limita as informações narrativas ao que certa personagem sabe, sente, pensa, significa que há uma focalização interna. Quando essa restrição não chega a revelar o mundo interno da personagem, permitindo ver apenas aspectos “superficiais e materialmente observáveis” (REIS; LOPES, 1998, p.168), trata-se de uma focalização externa.

Além disso, com focalização zero, o autor define aquelas narrativas que se situam, às vezes, a um ponto tão indeterminado, de alcance tão panorâmico, que não podem coincidir com nenhuma personagem. Algumas críticas foram feitas ao empreendimento de Genette, sendo elas amplamente influenciadas por Mieke Bal, teórica que utilizaremos para nossa análise.

De acordo com Reis e Lopes (1988), a narratologia consiste numa área de caráter teórico-metodológico que tem como foco o estudo da narrativa como modo de representação literária e também não-literária, além da análise de textos narrativos em geral, utilizando, para isso, as orientações teóricas e epistemológicas da teoria semiótica. Até mesmo as definições mais comuns sobre o que vem a ser a narratologia, tal como a proposta por Mieke Bal (1997, p. 3, tradução nossa) de que a “Narratologia é a teoria da narrativa, dos textos narrativos, das imagens, dos espetáculos, dos eventos, dos artefatos culturais que ‘contam uma história’”¹, é possível reconhecer sua especificidade: a teorização do funcionamento das diferentes formas de narrativa. Nesse sentido, a narratologia procura descrever, a partir de uma sistematização, os códigos que fazem parte da estrutura da narrativa e os signos que esses códigos compreendem (REIS; LOPES, 1988).

¹ Conforme o original: “*Narratology* is the theory of narratives, narrative texts, images, spectacles, events; cultural artifacts that ‘tell a story’” (BAL, 1997, p. 3).

Atente-se para o fato de que, apesar de se dedicar prioritariamente à análise das propriedades modais da narrativa, a narratologia não privilegia exclusivamente os textos literários nem mesmo aqueles de qualquer tipo de narrativa verbal; a pretensão desta área de estudo abrange, entre tantas, a narrativa cinematográfica, a narrativa das histórias em quadrinhos ou mesmo a narrativa de imprensa. Contudo, não se pode negar que a maior potência da narratologia está, seguramente, no âmbito literário, já que, desde seu surgimento, foi nesse meio em que ela foi mais apropriada por estudiosos (REIS; LOPES, 1988).

Cumprir lembrar que mesmo sem por em questionamento a autonomia metodológica que tem a narratologia, ela não se dá de forma autônoma, isolada, e por isso mesmo estabelece relações de diferentes níveis com outras áreas de estudos como a linguística, extraindo dela a teoria do texto e a teoria da comunicação, e a literatura, extraindo dela a teoria dos gêneros, a pragmática literária, e história literária, por exemplo. Sem os influxos desses outros solos epistemológicos, a narratologia poderia ter se desenvolvido por caminhos bastante estreitos, conforme apontam Reis e Lopes (1988). Ainda quando a narratologia não tinha o status que hoje lhe cabe, o teórico S. J. Schmidt (1973 apud REIS; LOPES, 1988, p. 80-81) disse que a narratologia centrava-se em três domínios de pesquisa, sendo elas: a) a análise das técnicas narrativas; b) a análise das leis ou regularidades que regem o universo narrativo ou uma lógica da ação ou das ações ou ainda uma lógica das relações entre os personagens; c) ou ainda a análise das relações entre unidades narrativas e a sua manifestação no discurso.

Segundo Reis e Lopes (1988), a narratologia tem como seu principal âmbito de teorização e análise da narrativa, o discurso, ao qual tem cabido a maior soma de contribuições teóricas e de aplicações práticas. Por ser passível de descrição sistemática sobre seus códigos e signos, a análise do discurso da narrativa pode atingir um “plano molecular”: analisa-se, então, sob um ponto de vista semio-estilístico, a inscrição da subjetividade no enunciado, que é o suporte textual do discurso, e com isso parte-se para a reflexão acerca dos efeitos de tal inscrição no plano receptivo. Tem-se, desse modo, uma abertura para a pragmática narrativa que dá ênfase ao pressuposto de que a narrativa ocorre em uma situação de ação e prática perlocutiva.

Nesse âmbito da teoria e análise do discurso da narrativa, a focalização tem papel de destaque. Embora geralmente utilizada como sinônimo de termos como “ponto de vista”, “visão” ou “foco narrativo”, a focalização carrega um significado mais restrito e diretamente ligado à narratologia, enquanto os outros são utilizados em outras áreas, como nas artes plásticas, por exemplo, para referir-se apenas a uma definição sensorial, isto é, somente àquilo que o personagem ou o narrador podem ver durante a narrativa. Em contraposição a tal ideia, a focalização é aqui entendida

como a representação da informação diegética que se encontra ao alcance de determinado campo da consciência, quer seja o de uma personagem da história, quer o do narrador heterodiegético; conseqüentemente, a focalização, além de condicionar a *quantidade* de informação veiculada (eventos, personagens, espaços etc.), atinge a sua *qualidade*, por traduzir certa posição afetiva, ideológica, moral e ética em relação a essa informação. Daí que a *focalização* deve ser considerada um procedimento crucial das estratégias de *representação* [...] que regem a configuração discursiva da história (REIS; LOPES, 1988, p. 247, ênfase no original).

Assim, a focalização mostra, a partir do campo da consciência do personagem (seja ele um personagem-narrador ou não, como se verá adiante) não apenas o que ele vê, mas também suas particulares emoções em relação ao objeto que é por ele focalizado (REIS; LOPES, 1988).

1.2 Da teoria do corpo: a intersexualidade é queer

Surgida já no fim dos anos 1980, nos Estados Unidos, a Teoria Queer elegeu como objeto de análise os modos de organização da sociedade a partir da dinâmica da sexualidade, compreendendo esta categoria como construção social e histórica. Como forma de oposição aos estudos gays e lésbicos que eram realizados naquele momento, no bojo de suas proposições foi depositado um discurso crítico alegando que as ideias postuladas em tais pesquisas findavam na manutenção e naturalização da norma heterossexual (MISKOLCI, 2009).

Especialmente para os grupos negros, latinos e jovens, os valores postos nessas pesquisas – e também no discurso político que se construía sobre os mesmos pontos da discussão acadêmica – assumiam um caráter unificador e

assimilacionista, e por isso não abarcavam as especificidades de todas/os aquelas/es que faziam parte do movimento, evidentemente atravessadas/os por diferentes dimensões de classe, raça, nacionalidade, por exemplo. Para esses grupos, as campanhas eram predominantemente marcadas por valores brancos e de classe média, e nem mesmo questionava os ideais convencionais de relacionamentos, como a monogamia, por exemplo. Já para algumas lésbicas, suas reivindicações e experiências eram subordinadas às dos homens gays, fato que implicava no privilegiamento masculino tão combatido por esse grupo. Para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais, esse movimento político não as/os incluía, fazendo com que esses sujeitos continuassem a ser excluídos e marginalizados (LOURO, 2004). Cabe notar que essa posição de enfrentamento às produções acadêmicas e também ao movimento político que já se colocava ao lado do higienismo como forma de combate à AIDS², surgiu, diferentemente do Brasil, pelos movimentos sociais, que encontraram no termo *queer*, cunhado por Teresa De Lauretis, uma forma de subversão.

A utilização do termo *queer* em solo norte-americano se dá como pretensão de caracterizar algo como estranho, bizarro, esquisito. Não há, pois, uma tradução exata para o português brasileiro, mas pode ser analogicamente significado como “sapatão”, “bicha”, “viado”, “traveco” etc, uma vez que em seu contexto original, a palavra em questão é também comumente empregada como forma de insulto às lésbicas, aos gays, às travestis e outros sujeitos que não se enquadram nos ideais normativos das categorias corpo, gênero e sexualidade. No entanto, em razão da inexistência de uma definição do que realmente signifique *queer*, pesquisadoras/es brasileiras/os têm seguido a sugestão de Larissa Pelúcio (2015) de fazer “um exercício antropofágico” ao tentar re/inventar, a partir da inserção de aspectos de nossa própria cultura latino-americana e experiência marginal, a homônima teoria. A autora em questão, por exemplo, ao se apropriar das proposições teóricas e políticas de Paul B. Preciado, antes Beatriz Preciado, concebe a teoria *queer* como “teoria cu”. Já Berenice Bento, uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a se apropriar do referencial *queer*, faz uma tradução idiossincrática dessa perspectiva teórica e nos possibilita pensar em um campo de “estudos transviados”.

² Precisamente nesse período houve uma expansão mundial da doença, que ficou conhecida como o “câncer gay”. Esse fato implicou na renovação da homofobia e discriminação já demonstrada por diversos setores sociais, os quais acreditavam que os homossexuais eram responsáveis pela epidemia.

Nesse sentido, para além da pretensão de oferecer espaço e notoriedade aos sujeitos drags queens, drags kings, crossdressers, transgêneros, transexuais, travestis e intersexuais, por exemplo, até então não representados por aqueles primeiros estudos, a Teoria Queer buscou evidenciar e analisar a norma que coloca a heterossexualidade como sendo algo natural, como uma lei que impera a coerência entre as categorias corpo, gênero e sexualidade, também entendida como “heteronormatividade” (MISKOLCI, 2009).

Por heteronormatividade, conceito elaborado pelo teórico Michael Warner, compreende-se o modelo estrutural que condiciona os modos dos sujeitos experienciarem suas práticas sexuais e afetivas. A lógica dessa estrutura baseia-se no fato de que se a genitália for um pênis, a identidade de gênero do sujeito em questão deve fazer referência à imagem de um homem e seu desejo afetivo e sexual deve ser heterossexual. De igual modo, se a genitália for uma vulva, a identidade de gênero deve corresponder aos aspectos de uma mulher, devendo ela sentir-se igualmente atraída por um homem. Interpretando este conceito, Miskolci (2009) o entende como sendo

[...] um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

Ainda que a utilização da Teoria Queer em terras brasileiras tenha sido feita, desde sua chegada no início deste século, por um viés exclusivamente acadêmico, não se pode deixar de entendê-la do mesmo modo que o faz Larissa Pelúcio (2014, s/n), isto é, como

[...] um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões. Seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (PELÚCIO, 2014, s/n).

De fato, muita coisa já foi produzida em relação à Teoria Queer nos últimos anos em diversos países, sejam estes localizados no lado de lá, ao Norte, ou no lado de cá, ao Sul, daí então reside a importância da colocação da autora anteriormente citada sobre a importância de conhecer, ler e se apropriar das contribuições de teóricas e teóricos queer de origem latino-americana, especificamente aquelas/es situadas/os no Brasil, visto que suas propostas conceituais e teóricas são singulares no sentido de permitir uma reflexão sobre o modo como a sociedade e cultura brasileira lida com as questões de gênero e sexualidade, categorias estas atravessadas por nossas peculiares condições de raça e classe, por exemplo (PELÚCIO, 2014).

Nesse sentido, a Teoria Queer provoca o deslocamento das noções do sujeito imaginado num projeto de um *eu* singular e permite a conceituação de um *eu* idealizado performativamente a partir de um processo onde se inscrevem atos repetitivos e estilizados. Isto implica em pensar que, ao invés de mirar a origem, a autonomia e o centramento, a concepção do sujeito analisada sob a perspectiva *queer* dá lugar à dispersão, à improvisação e à descontinuidade, entendendo-o, desse modo, como alguém constituído por múltiplas categorias (gênero, nacionalidade, raça etc), as quais, na impossibilidade de serem reduzidas umas as outras, possibilitam múltiplas formas de existência, tornando inevitável, pois, a experiência de várias subjetividades (ALÓS, 2008).

Mesmo na tentativa de construir e fortalecer uma vertente teórica marcada por nossa realidade tropical é impossível falar sobre Teoria Queer sem nos utilizarmos dos trabalhos da filósofa estadunidense Judith Butler, considerada por muitas/os como “a fundadora da Teoria Queer” – embora se deva ter consciência de que esta vertente não possui um/a único/a fundador/a, visto que as ideias nela assentadas se constituem a partir da junção entre discursos advindos de inúmeras áreas, como antes já exposto.

Judith Butler é, sem dúvidas, um dos nomes mais importantes da Teoria Queer. Qualquer pessoa que ouse se aventurar na leitura de suas obras encontrará dificuldades de compreensão em razão da estrutura dialética utilizada pela autora, escrita que não deve ser entendida como defeituosa, nem mesmo ser entendida como um ato de ignorância da autora, já que a mesma lança perguntas e as deixam

sem respostas, subvertendo até mesmo a lógica da estilística em questão. Na verdade, trata-se de uma escrita queer, já que, ao invés de oferecer certezas, como o fazem os demais textos utilizados em espaços acadêmicos, provoca dúvidas. As conjecturas de Butler trazem vestígios da Filosofia, da Psicanálise, da Literatura e do Pós-Estruturalismo, por exemplo, tornando impossível a categorização de sua obra como pertencente à determinada disciplina – e isso certamente não faz parte de seu plano. Sarah Salih (2015) oferece um breve panorama da obra butleriana:

Em maior ou menor grau, todos os seus livros levantam questões sobre a formação da identidade e da subjetividade, descrevendo os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumir as identidades sexuadas/"generificadas"/racializadas que são construídas para nós (e, em certa medida, por nós) no interior das estruturas de poder existentes. Butler está empenhada em questionar continuamente o "sujeito", indagando através de que processos os sujeitos vêm a existir, através de que meios são construídos e como essas construções são bem sucedidas (ou não) (SALIH, 2015, p. 10-11).

Em terras brasileiras, o pensamento butleriano foi introduzido via textos de Guacira Lopes Louro, uma das primeiras pesquisadoras deste país a falar sobre queer. Não tardou até que os escritos da filósofa estadunidense que embasavam as proposições da pesquisadora brasileira fossem traduzidos para a língua portuguesa e passassem a fazer parte do rol de leituras obrigatórias de pesquisadoras/es que naquele momento começavam a se dedicar aos estudos de gênero e sexualidade. Embora sejam muitos, grande parte desses textos encontra-se disponível apenas em inglês ou espanhol, fato que implica na restrição dos temas abordados por nós brasileiros sob a égide do pensamento de Butler. Contudo, a obra mais importante da autora em questão foi a primeira a ser traduzida para nosso idioma: trata-se de *Problemas de Gênero*.

Em seu livro, considerado o propulsor da teoria queer, Butler interroga se o sexo enquanto matéria possui uma história ou é uma categoria fixa, pronta em si mesma e, portanto, impossível de ser posta em questionamento. Cumpre lembrar que Butler não nega a materialidade corporal; o que ela faz é historicizar, a partir de um referencial filosófico, o status do corpo na composição do gênero. Ao desestabilizar a dicotomia sexo x gênero, Butler sugere que há uma ordem compulsória que faz com que os sujeitos sejam reconhecidos como homens ou

mulheres apenas se cumprirem um determinado preceito: de que homem deve ter um pênis e mulher deve ter uma vagina, devendo o primeiro ser essencialmente masculino e a segunda essencialmente feminina.

De acordo com Butler (2015), o gênero é construído a partir de uma reiteração contínua de determinadas normas, instituídas pelos discursos que circulam em diferentes espaços e contextos sociais. O gênero é, nesses termos, performativo, mas não no sentido teatral, onde o sujeito experiência ou assume uma posição de maneira consciente, mas sim performativo no sentido de que é captado pelos discursos a que está submetido. Aqueles que escapam às normas instituídas são constantemente execrados da sociedade e passam a sofrer diferentes formas de coerção, físicas ou simbólicas, para que se ajustem às normas de gênero. Os intersex, nesse caso, são vítimas dessas coerções na medida em que são submetidos a operações para desfazerem seus corpos e, assim, estarem adequados aos padrões de masculinidade e/ou feminidade.

Anne Fausto-Sterling (1993) diz que a origem do termo “hermafrodita” remonta à mitologia grega, onde se narra que os deuses Hermes e Afrodite tiveram um filho, ao qual foi dado o nome de Hermafroditus. Aos quinze anos, este se apaixona por uma ninfa e, ao fundir seu corpo com o dela, torna-se metade macho e metade fêmea. Ao longo do tempo, porém, diferentes significados foram atribuídos às pessoas cujos corpos eram marcados pela condição hermafrodita. Ao traçar uma história da formação do domínio da anormalidade, Michel Foucault (2001) mostra que aquelas do século XIX que apresentavam tal ambiguidade corporal eram consideradas “monstros humanos”, “desviantes morais”, “imperfeições da natureza”, já que a condição que as colocavam em tais posições consistia tanto numa violação das leis da sociedade quanto numa violação das leis da natureza. Aponta o filósofo francês que, no decorrer dos séculos, distintas formas foram estabelecidas para classificar, controlar e sancionar as pessoas hermafroditas. No século XVI, essa condição era vista como um fato permissível de condenação à morte do indivíduo na qual ela se fazia presente, uma vez que se imaginava que, após um coito com Satanás, este alguém receberia um sexo oposto ao já existente em seu corpo. Já no século XVII, apesar da invalidação de tal penalidade, determinava-se que o indivíduo escolhesse o sexo que em si era “dominante” e, depois disso, seus comportamentos sociais e sexuais deveriam ser de acordo com a escolha feita. Contudo, caso

houvesse a utilização do “sexo anexo”, o indivíduo era acusado por sadoemia e por isso condenado à morte. Já no século XIX, o indivíduo hermafrodita passa a ser visto não mais como uma “mistura de sexos” mas sim como alguém capaz de realizar certas condutas criminosas. De maneira geral, Foucault (2001) postula que houve uma transposição do conceito de monstruosidade do domínio do natural para o domínio da moralidade.

Chega-se, então, aos primeiros anos do século XX, nos quais o indivíduo hermafrodita passa a ser regulado pela esfera médica, agora referido pelo termo intersex, sendo este capaz de compreender as muitas formas possíveis de “ambiguidade sexual”³. Em razão disso, no início dos anos 1990, tal denominação foi apropriada por um grupo de pessoas⁴ que tinha como reivindicação primeira a não realização da cirurgia genital em bebês e crianças, sob o argumento de que essa ação médica implicava no desrespeito ao indivíduo intersex. Contudo, ressalta Paula Sandrine Machado (2008a), as diferentes definições de um mesmo termo, feitas por ambos os campos, situa-se em uma zona de divergência. Se por um lado, a medicina define a intersexualidade como estados corporais que inevitavelmente necessitam de correção, e, portanto, como sendo uma patologia, por outro, os ativistas políticos intersex procuram oferecer outras acepções para o termo, nas quais é visível a busca pela despatologização da intersexualidade e a ampliação do conceito para além das classificações médicas.

Sob a égide desse pensamento, o filósofo argentino e ativista intersex Mauro Cabral argumenta:

³ A intersexualidade não se encerra em apenas uma única forma, tal como geralmente se postula no senso comum. Ao contrário da crença de que essa condição refere-se ao fato do indivíduo possuir concomitantemente um pênis e uma vagina, ela abrange muitas formas corporais, ainda que estas sejam consideradas patológicas diante dos saberes médicos. Nesse campo, a intersexualidade faz referência às condições de discrepância entre os genitais internos e externos, sendo elas classificadas em quatro grandes grupos: disgenesia gonadal, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo feminino e pseudo-hermafroditismo masculino.

⁴ O primeiro grupo de ativismo político intersex foi a Intersex Society of North America (ISNA), fundado em 1993, nos Estados Unidos, por Cheryl Chase, uma mulher intersex que também foi vítima da chamada “cirurgia de reparação” quando era criança. Cabe lembrar que, apesar da apropriação do termo, recentemente o grupo se rendeu ao uso do termo “Disorders of sex Development” ou “DSDs”, que facilmente remete a condição intersex a um status de anomalia ou de algo que precisa ser colocado em “ordem”. Em 2008, as atividades da ISNA foram encerradas, dando lugar a uma nova organização chamada Accord Alliance, que tão somente emprega o termo “DSDs”. A respeito do uso das nomenclaturas, consultar atentamente Machado (2008b), além das informações contidas nos sites <<http://www.isna.org/>> e <<http://www.accordalliance.org/>>.

O conceito chave para compreender do que falamos, quando falamos de *intersexualidade*, é o de *variação*. Portanto, quando dizemos *intersexualidade* nos referimos a todas àquelas situações em que o corpo *sexuado* de um indivíduo varia com relação ao padrão de corporalidade feminina ou masculina culturalmente vigente. [...] Portanto, quando falamos de intersexualidade não nos referimos a um corpo em particular, mas a um conjunto muito amplo de corporalidades possíveis, cuja variação com relação à masculinidade e a feminilidade corporalmente “típicas” vem dada por um modo cultural, específico no campo biomédico, de olhar e medir os corpos humanos (CABRAL; BENZUR, 2005, p. 283-284, ênfase no original, tradução nossa)⁵

Machado (2008a) ainda enfatiza que a intersexualidade é um importante ponto de tensão e atualização no que se refere ao debate sobre natureza *versus* cultura, este compreendido como relativo ao debate sobre sexo *versus* gênero. De fato, o tema em questão é um importante meio de se compreender sobre como o corpo é significado na cultura, embora tenha sido desde sempre acreditado como categoria determinada unicamente por seus aspectos biológicos. Contudo, a noção de que não há corpos livres e de que estes não existem anteriormente aos investimentos discursivos prova que a cultura é o principal fator na determinação das vidas vivíveis, isto é, os corpos que serão inteligíveis diante das normas já estabelecidas na cultura em que virão a viver. Exemplo disso é a ato de anúncio sobre se o bebê ainda porvir “é um menino” ou “é uma menina”, dado este obtido a partir da descoberta de seu sexo. Ao realizar esta ação, o médico produz uma invocação performativa, na qual imediatamente se pressupõe determinadas ações e expectativas àquele ou àquela que ainda nem nasceu, sendo elas materializadas em cores, roupas, brinquedos, gestos e outros muitos elementos.

Nesse sentido, Judith Butler (2013) sugere que o sexo deve ser pensado não somente como uma condição corporal estática que alguém possui, mas também como uma categoria normativa constituída por práticas discursivas, sendo esta parte de uma prática regulatória que intenciona produzir, diferenciar e controlar todos os corpos existentes sob a esfera social. O sexo é, por isso, “uma das normas pelas

⁵ No original: “El concepto clave para comprender de qué hablamos cuando hablamos de *intersexualidad* es el de *variación*. Por lo tanto, cuando decimos *intersexualidad* nos referimos a todas aquellas situaciones en las que el cuerpo *sexuado* de un individuo *varía* respecto al *standard* de corporalidad femenina o masculina culturalmente vigente. [...] Por lo tanto, cuando hablamos de intersexualidad no nos referimos a un cuerpo en particular, sino a un conjunto muy amplio de corporalidades posibles, cuya *variación* respecto de la masculinidad y la femineidad corporalmente “típicas” viene dada por un modo cultural, biomédicamente específico, de mirar y medir los cuerpos humanos” (CABRAL & BENZUR, 2005, p. 283-284, ênfase no original).

quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2013, p. 155).

Para Nádia Perez Pino (2007), um olhar atento para a intersexualidade revela quais os significados culturais e políticos atribuídos ao corpo sexuado, bem como os processos de normalização e controle social aos quais todos os corpos, intersexuados ou não, estão submetidos. Ainda segundo a autora, a experiência intersex coloca em evidência as normas que enquadram os corpos e as identidades de gênero e sexuais em um sistema binário de classificação e estabelecem uma suposta coerência necessária entre essas categorias, a qual Judith Butler (2015b) denominou de matriz heterossexual.

A experiência intersex poderia ser analisada sob diferentes perspectivas. Contudo, mais do que qualquer outra categoria, o corpo assume a centralidade no processo de construção das subjetividades das pessoas marcadas por essa condição. Destarte, conforme alerta Mauro Cabral, é importante que se tenha a clara noção de que os sujeitos intersexuais são, em comum, marcados pelas tentativas médicas de erradicação de sua suposta anormalidade corporal. Porém, se de um lado há pessoas que reivindicam as chamadas de cirurgias corretoras, por outro, há aquelas que se opõem a esta prática.

CAPÍTULO II

**(DES)CONSTRUIR O TEXTO, (DES)FAZER O CORPO OU SOBRE QUANDO A
EXPERIÊNCIA INTERSEX É NARRADA**

“O que limita quem eu sou é o limite do corpo, mas o
limite do corpo nunca pertence plenamente a mim”

(BUTLER, 2015a, p. 87)

Nesta parte do texto, realizamos uma análise da obra *Middlesex*, do escritor e romancista estadunidense Jeffrey Eugenides Kent. Partimos do pressuposto de que na construção do romance em questão o autor utiliza alguns elementos textuais que, sob um olhar crítico marcado pelo queer, podem ser lidos como parte de uma estratégia de subversão das convenções históricas, sociais e culturais acerca da intersexualidade. Aciona-se, pois, a ideia de que a *voz narrativa*, a *focalização* e o *discurso médico evidenciado no enredo do romance* fazem parte de um plano de rompimento com a noção ocidental que compreende o sexo como sinônimo de gênero e vê o corpo marcado pela intersexualidade como anormal. Nesta perspectiva, mostramos que tais pensamentos sobre o corpo e o gênero são construções que objetivam o enquadramento dos sujeitos na arena da “normalidade” ou mesmo na inscrição destes naquilo que se entende como “humano”, mas que podem ser subvertidas, deslocadas ou mesmo recusadas enquanto atos políticos e de resistência na constituição de sua subjetividade.

2.1 Narração e focalização na subversão da intersexualidade

Middlesex é o segundo romance do escritor e romancista estadunidense Jeffrey Eugenides Kent (1960), sendo o primeiro *As virgens suicidas* e o terceiro *A trama do casamento*, originalmente lançados em 2002, 1993 e 2011, e lançados em terras brasileiras nos anos de 2014, 2013 e 2012, respectivamente. Em 2003, com críticas bastante positivas, *Middlesex* foi o vencedor do *Prêmio Pulitzer de Ficção*, um dos mais respeitados prêmios norte-americanos de literatura. Foi também aclamado por importantes veículos de comunicação como o *Entertainment Weekly*, o *Los Angeles Times* e o *The Times Book Review New York*, chegando até mesmo a ser cogitado, por alguns críticos, para receber o título de *Grande Romance Americano*.

Dividido em cinco partes (nomeadas como Livro Um, Livro Dois, Livro Três, Livro Quatro e Livro Cinco), em suas mais de quinhentas e setenta páginas a densa narrativa de *Middlesex*, conduzida em primeira pessoa pelo protagonista da trama, Cal Stephanides, é onde ocorre o fluxo de consciência que oscila entre as memórias de infância e a atual vida adulta da personagem que, logo no início da retomada de

suas lembranças, revela-se como um homem intersexual de quarenta e um anos de idade e que reside em Berlim, na Alemanha. O que ele busca, ao resgatar seu passado, é aceitar o próprio corpo e entender a própria identidade, já que desde criança vê a si mesmo como uma “aberração”. Para Cal, sua condição intersex é resultado de uma mutação genética carregada por sua família durante várias gerações, mas que foi culminada a partir da relação incestuosa entre os irmãos Desdêmona e Esquerdinha, seus avós, e levada até o envolvimento entre os primos Tessie e Milton, seus pais.

Criado como uma menina desde seu nascimento, a personagem vive até a adolescência como Calíope Helen Stephanides. Entretanto, alguns fatos de sua vida a fazem perceber que essa identidade de gênero não corresponde aos seus desejos, de modo que, aos quatorze anos, assume uma identidade masculina e passa a viver como o jovem Cal Stephanides. Logo no início da narrativa, a personagem coloca em evidência a importância dessa mudança em sua vida, comparando-a com um novo nascimento: “Nasci duas vezes: primeiro como uma bebezinha, em janeiro de 1960, num dia notável pela ausência de poluição no ar de Detroit; e de novo como um menino adolescente, numa sala de emergência nas proximidades de Petoskey, Michigan, em 1974” (EUGENIDES, 2014, p. 9). É precisamente a partir desse segundo episódio que Calíope vê sua vida mudar completamente, já que nele descobre uma condição corporal a qual nem ela e nem sua família jamais imaginara.

No romance de Eugenides, a narração e a focalização ocupam papéis de suma importância, isto porque, de acordo com Alós (2007, p. 70-71), “é a partir do plano da enunciação, mais do que do plano do enunciado, que são construídas as estratégias de subversão e deslocamento da matriz heteronormativa”. Em outros termos, é possível dizer que no projeto de contestação das normas do gênero presente em *Middlesex*, o que mais importa é a forma como se conta do que aquilo que é contado. Quem narra toda a trama é o personagem protagonista que, ao lembrar que seus antecessores e familiares já morreram ou mesmo que nunca chegou a conhecer alguns deles, decide escrever um livro, tal como se nota em “[...] portanto, antes que seja tarde, quero registrar essa história de uma vez” (EUGENIDES, 2014, p. 10). Logo no início, quando Cal diz que ele é quem assumirá o controle da narrativa de sua vida, automaticamente inferimos que tudo o que for

posto adiante será marcado por um tom de personalidade. Mais do que um gesto de memorização, a escrita de Cal sobre seu passado deve ser entendida como um ato de (re)construção de sua identidade que fora marginalizada por não corresponder aos padrões normativos do gênero, tal como explica Rita Terezinha Schmidt (1998):

[...] a memória, mais do que um simples arquivo classificatório de informação que reinventa o passado, é um referencial norteador na construção de identidades no presente. Em sua capacidade de manter e segurar o sentido, a memória atua por meio de seus efeitos, que tanto podem ser de lembrança e de renomeação, quanto de ruptura e de denegação do já-dito. Se a memória é, portanto, um fato essencial do processo cognitivo, inerente à construção de identidade, o discurso é o instrumento de (auto) conhecimento, através do qual o(s) ser(es) humano(s) se fazem sujeitos no campo da produção e das relações sociais (SCHMIDT, 1998, p.184-185).

No trecho acima, o que se apreende é que se a memória é uma forma de construção de identidade, principalmente daquela socialmente categorizada como parte de uma “minorias”, tais como o são considerados os sujeitos intersex, o discurso é, então, uma estratégia de mostrar ao mundo a existência do ser humano que o produz, de trazer à tona outras formas de vida senão aquelas reconhecidas como “legítimas”, “verdadeiras”, “normais”. A vontade de Cal de escrever sua própria história pode ser interpretada como o desejo de ser lido e reconhecido por outras pessoas ou mesmo o desejo de afirmar que esteve presente e viveu num espaço e tempo de um mundo que não aceita sua condição intersex e sua coragem de ser quem realmente é, tal como ele explicita em

[...] já abandonei qualquer esperança de fama duradoura ou perfeição literária. Não me importa mais se vou escrever um grande livro ou não, basta conseguir chegar a um que, quaisquer que sejam seus defeitos, fique como registro de minha impossível vida (EUGENIDES, p. 2014, p. 331).

A escrita de um livro sobre si mesmo é, nesse sentido, um ato criativo de sua existência, uma busca pela liberdade de falar de suas experiências, estas em grande medida consequências da materialidade de seu corpo. Escrever sobre si é, para Cal, a vontade de querer existir para além de sua condição intersex e, assim, o desejo por reconhecimento enquanto sujeito de uma vida singular não pautada pelas

normas e fronteiras das tantas categorias que qualificam as pessoas como humanas ou não, que o faz narrar e colocar em evidência um sujeito que se mostra resistente ao processo de restrição de sua identidade.

Por ser narrado por uma voz de alguém que também participa da história e que não apenas a observa, *Middlesex* pode ser caracterizado, na perspectiva de Mieke Bal (1997), como sendo marcado por um personagem-narrador. Importante lembrar que, contrastando a estrutura tríplice elaborada por Gerard Genette que é constituída por narrador homodiegético, heterodiegético e autodiegético, Bal (1997) fala da existência de duas formas narrativas: aquela feita por um *narrador externo* e outra produzida por aquilo que se entende como *personagem-narrador*. Segundo Alós (2007), o que está em voga nessa distinção não é o fato de haver uma narração em primeira ou terceira pessoa, mas sim saber se o narrador diz sobre si mesmo ou se diz sobre alguma cena que tenha presenciado. Alós (2007, p.67) ainda diz que o narrador daquela primeira instância narrativa “lança mão da isenção e da neutralidade para asseverar o valor de verdade não subjetivo de seus enunciados” e o narrador da segunda instância “assume que seu depoimento está marcado pela subjetividade, por uma perspectiva”. Desse modo, “Se o discurso do narrador interno implica um ‘eu narro (eu testemunho)’; o discurso do narrador é muito mais dúbio, ao implicar tanto um ‘eu narro (eu testemunho) quanto um ‘eu narro (eu invento)’” (p.67). A voz narrativa que se tem no romance fica evidente quando Cal, no início da terceira parte do livro diz: “Não posso mais simplesmente relaxar e ficar assistindo de longe. De agora em diante, tudo que eu relatar a vocês terá a cor da experiência subjetiva, da participação nos acontecimentos” (EUGENIDES, 2014, p. 237).

Em razão da dubiedade imbricada na problemática do narrador externo, se faz necessário articular a focalização. A focalização está diretamente ligada ao narrador no sentido de que ela que permite saber quem fala, quais os sentimentos de quem fala, bem como qual a intencionalidade e as informações passadas.

Se em *Middlesex* há uma textualidade capaz de subverter a noção cristalizada do corpo e do gênero que se pauta num pressuposto binário e normativo, é importante nos atermos, para além do aspecto de como se dá a narração, ao modo como a focalização é empreendida no romance. De acordo com Alós (2007, p. 64), “As articulações entre narração e focalização são cruciais para que se compreenda a delimitação de um espaço de enunciação – marcado por certa

subjetividade, isto é, pela construção de um determinado ‘interesse’ – na narrativa literária”. Em outros termos, o que se quer dizer é que no projeto de uma escrita que intenta a anulação ou mesmo a contestação dos ideais que regem a “fabricação dos corpos e dos gêneros”, tal como o é a medicina no processo de definição do sexo e, muitas vezes, do gênero de crianças, o elemento focalização deve ser entendido como peça de fundamental importância.

Ao definir focalização, Bal (1997, p. 142, ênfase no original) diz: “Eu gostaria de me referir às relações entre os elementos apresentados e a visão através da qual eles são apresentados com o termo *focalização*. A focalização é, portanto, a relação entre a visão e aquilo que é ‘visto’, percebido”⁶. Tal definição implica dizer que a focalização fornece ao leitor o lugar ocupado pelo narrador no momento de sua narrativa e também quais são as suas percepções em relação ao objeto focalizado, ou seja, sobre aquilo que é observado. Desse modo, ao narrador é possibilitada a apresentação de seu ponto de vista e, assim, a organização de suas ideias de acordo com suas intenções. Ainda conforme a autora, embora outros termos sejam comumente utilizados enquanto correspondentes à focalização, tais como “ponto de vista narrativo” ou “perspectiva narrativa”, eles não são suficientes para dar conta da relação entre “quem percebe” com “aquilo que é percebido”. Portanto, “quando não se realiza nenhuma distinção entre estes dois enunciadores diferentes [quem observa e aquilo que é observado], torna-se difícil descrever adequadamente a técnica de um texto no qual alguma coisa é vista, e esta mesma visão é narrada”⁷ (BAL, 1997, p. 143, ênfase no original).

Diante disso, é importante atentar-se para o fato de que ao adotar um determinado ponto de vista, o narrador elege, de maneira consciente, a forma e o ângulo pelos quais os eventos ocorridos serão transmitidos ao leitor. Assim, se o lugar ocupado pelo focalizador for o mesmo de um personagem, este terá uma vantagem sobre os demais, uma vez que terá sob seu controle uma suposta “verdade” sobre os fatos narrados. Além disso, esse personagem que focaliza fará

⁶ Cf original: “I shall refer to the relations between the elements presented and the vision through which they are presented with the term *focalization*. Focalization is, then, the relation between the vision and that which is ‘seen’, perceived” (BAL, 1997, p. 142).

⁷ “When no distinction is made between these two different agents, it is difficult to describe adequately the technique of a text in which something is seen - *and* that vision is narrated” (BAL, 1997, p. 143).

com que o leitor veja as cenas de acordo com suas lentes, de modo que ele, ao menos a princípio, assuma a “verdade” sobre os fatos colocada pelo focalizador (ALÓS, 2007). Assim, tal como existe um narrador externo e um narrador-personagem (interno), é possível também pensar na existência de um focalizador externo e um focalizador-protagonista (interno), tal como diz Bal (1997) em:

Quando a focalização é feita por um personagem que participa da fábula como atuante, podemos nos referir a uma focalização interna. Podemos indicar, então, com a utilização do termo *focalizador externo*, que um agente anônimo, situado no exterior da fábula, está funcionando como focalizador (BAL, 1997, p. 148, tradução nossa, ênfase no original)⁸.

Em razão dos aspectos acima elencados, cumpre dizer que na realização de uma análise com vistas à identificação da focalização, empreendida em *Middlesex*, é importante atentar-se para os pontos elencados por Alós (2007):

1) o que o personagem/narrador focaliza dentro da narrativa? Qual a intenção desse personagem narrador?; 2) como tal personagem/narrador realiza a focalização? Quais são as atitudes desse personagem/narrador? Como tal personagem/narrador reage ao focalizar o objeto?; e, por fim, 3) quem o personagem/narrador focaliza e quais são os objetos focalizados? (ALÓS, 2007, p. 69).

Tais aspectos são observáveis em *Middlesex* na medida em que Calíope narra a ação de alguns personagens e, em algumas cenas, narra sobre as emoções de outros. Exemplo disso é o momento da descoberta de seu corpo intersexuado que se dá inesperadamente quando, após um acidente, ela é levada ao hospital. Lá, os exames para verificar as possíveis lesões em seu corpo começam a ser feitos, sendo necessário, para isso, desnudá-la. A cena que segue é o anúncio da conturbada vida da personagem, o momento em que seu corpo passa a ser alvo dos investimentos médicos que a enxergam como um corpo *outsider*. “O médico se debruçou sobre mim, murmurando consigo mesmo. A residente, num gesto bastante antiprofissional, levou a mão à garganta, depois fingiu que arrumava o colar” (EUGENIDES, 2014, p. 430). As reações dos presentes na sala revelam o

⁸ When focalization lies with one character which participates in the fabula as an actor, we could refer to internal focalization. We can then indicate by means of the term *external focalization* that an anonymous agents, situated outside the fabula, is functioning as focalizer (BAL, 1997, p. 148, ênfase no original).

estranhamento de um corpo não qualificado como normal e que por isso preconiza a necessidade de ser corrigido. Contudo, como se não bastasse a “extravagante afirmação” sobre a anatomia do corpo da menina, feita pelo médico que a atendeu naquela emergência, os pais de Calíope insistem que a garota seja consultada pelo médico da família para que pudessem ter certeza sobre o diagnóstico anteriormente anunciado.

A forma como é feita a narrativa do momento em que Calíope está no hospital e é surpreendida pela reação do médico e da enfermeira faz com o leitor seja levado para dentro da cena, como se ele realmente estivesse presente no momento narrado. Por ser realizada pelo próprio personagem protagonista, o leitor é colocado em seu lugar e então levado a “encarar” os demais personagens. Aqui, apesar de o personagem narrar as reações de estranhamento do médico e da enfermeira, ele não tem acesso aos pensamentos dos mesmos, mas sabe-se que há uma aversão, uma repulsa ao corpo da menina que ali se encontra.

Assim, eles a direcionam ao dr. Nishan Philobosian, o qual acompanha os Stephanides desde a chegada dos avós da menina ao país. Em razão da utilização de métodos já ultrapassados para a época, o profissional não encontra vestígios que anunciam a necessidade da presença de Calíope em seu consultório: “Não era surpreendente que o dr. Philobosian nunca tivesse notado nada. Mesmo agora alertado para a possibilidade, não parecia querer saber” (EUGENIDES, 2014, p. 437). Ele então recomenda aos pais da menina que a levem a outro profissional que, talvez, poderia melhor ajudar naquela situação. Mais tarde, após a consulta com o médico indicado pelo dr. Nishan Philobosian, os pais de Calíope conversam no quarto. A menina, porém, curiosa para saber o que está acontecendo, consegue, às escondidas, ouvir o diálogo:

“E então, o que o médico disse?”, era Milton quem queria saber. “Disse que o dr. Phil deveria ter notado quando a Callie nasceu”, respondeu Tessie. “Esse negócio todo poderia ter sido resolvido lá atrás.” E novamente Milton: “Não consigo acreditar que ele tenha deixado passar uma coisa dessas”. (“Que coisa?”, eu perguntava, em silêncio, para a parede, mas ela não soube responder.) (EUGENIDES, 2014, p. 437).

Atente-se, pois, para o fato de que não se pode confundir a voz que narra com a consciência que focaliza, uma vez que, enquanto no plano textual o narrador

que se declina em primeira pessoa será sempre um narrador interno, a focalização poderá ser interna ou externa, à medida que esta é realizada por outros personagens a partir do discurso direto (ALÓS, 2007). Tanto no momento acima quanto em outros, há a interrupção da narrativa de Calíope para abrir espaço aos diálogos diretos de outros personagens.

Pode-se argumentar, ainda, sobre a existência de três diferentes focalizadores em *Middlesex* que, arranjados em grau de importância, são: Cal, o qual inicia a narrativa e em diversos momentos emerge como forma de organizar os fatos em ordem cronológica e oferecer ao leitor a visão de outros eventos que ocorrem ao mesmo tempo em que cenas mais importantes do enredo; Calíope, o personagem que vive sob uma identidade feminina antes de descobrir sua intersexualidade e por isso narra sua vida durante a infância até os seus quatorze anos, idade em que foge para longe de sua família e assume sua identidade masculina; e Cal na adolescência, o qual tem sua voz narrativa posta em evidência nos últimos capítulos do romance e que narra, com maior ênfase, cenas que retratam o estigma em relação ao corpo intersex.

2.2 O discurso médico subvertido no corpo intersex e no corpo do texto

Pelas falas dos pais de Calíope, transcritas na seção acima, é possível perceber que o diagnóstico feito pelo médico implica em algo que precisa ser corrigido com urgência. Nesse sentido, a “coisa” referenciada por Milton é, pois, o sexo da menina que se revela ambíguo e que, justamente por isso, deveria ter sido “notado” e “resolvido” desde o seu nascimento. Essa situação permite pensar o sexo como uma categoria médico-diagnóstica que necessita de um olhar profissional capaz de classificar e principalmente diferenciar aquilo que pode ser entendido como “normal” – casos em que não há indefinições do sexo e que por isso não implica na necessidade de correção da genitália – ou como “patológico” – fato que ocorre em casos de intersexualidade (MACHADO, 2008a).

Embora a menina já tivesse enfrentado exames em diferentes médicos, sua situação não parecia, ainda, estar resolvida. Mais uma vez Calíope é indicada a outro especialista: tratava-se, dessa vez, de dr. Peter Luce, “considerado a maior autoridade mundial em hermafroditismo humano” (EUGENIDES, 2014, p. 444).

Mesmo consciente de que sua “nova condição, fosse qual fosse, significava algum tipo de crise” (EUGENIDES, 2014, p. 439), Calíope esperava, tal como seus pais, que aquela situação pudesse ser resolvida: “Agiam como se meu problema fosse médico, e portanto solucionável. Então passei a ter expectativa também” (EUGENIDES, 2014, p. 439). No entanto, o anúncio de entrada na “Clínica de Disfunções Sexuais e Identidade de Gênero” do tão famoso médico é o motivo para que Tessie e Milton passem a se preocupar com os possíveis rumos que aquela ocasião pudesse dar à vida de Calíope: “Se viram a plaquinha, meus pais fingiram que não” (EUGENIDES, 2014, p. 441).

É principalmente a partir desse momento que a narrativa de *Middlesex* coloca em evidência um discurso médico-científico extraído de livros e documentos que, de fato, existem no mundo real. Isto se confirma na última página do romance, onde Eugenides os referencia em agradecimento, enfatizando a crucial importância desses escritos na criação de sua obra. Nesse sentido, pode-se dizer que o autor elabora alguns personagens claramente inspirados em pessoas de estreita relação com o tema do romance. Peter Luce, por exemplo, descrito como a maior referência em “tratamento da ambiguidade de gênero”, pode ser comparado como uma representação de John William Money (1921-2006), médico conhecido por ter sido o primeiro no mundo a falar em identidade de gênero e por tratar deste assunto em casos de crianças hermafroditas.

A utilização de um discurso médico-científico pode ser entendida, portanto, como forma de apresentar ao leitor as teorias da época que se situa o romance (1970) em relação à intersexualidade, mas que adiante são subvertidas por Cal, isto é, acabam por ruir em razão do desejo da personagem em assumir seu próprio corpo e uma identidade de gênero diferente da qual foi criada desde seu nascimento. Assim, ao refratar o discurso médico-científico, por meio da ação subversiva do personagem, Jeffrey Eugenides mostra que o corpo não possui em si mesmo uma limitação biológica, a qual é geralmente tomada como aspecto definidor do gênero. Ao compor um personagem que transita do gênero feminino para o masculino, o autor investe no corpo – pensando-se neste enquanto categoria – como um lugar de realização política, um lugar de resistência às normas do gênero impostas históricas, social e culturalmente que são concretizadas nas práticas médicas.

Antes mesmo de dar início às avaliações do corpo de Calíope, dr. Peter Luce já começava a observá-la de modo que lhe fosse possível captar “todas as manifestações exteriores” que pudessem dar indícios ou confirmar em qual era, de fato, a verdadeira identidade de gênero da menina. Antecedendo a descrição das cenas seguintes, Calíope põe em evidencia as grandes descobertas científicas do médico. Na primeira delas, como lembrado pela personagem, “[...] Luce argumentava que o gênero é determinado por uma variedade de influências [...]; e, mais importante, pelo sexo de criação” (EUGENIDES, 2014, p. 445-446). Na segunda, continua Calíope, o médico dizia que “[...] a identidade de gênero é definida muito cedo na vida do indivíduo, mais ou menos aos dois anos de idade. O gênero seria como a língua materna; não existiria antes do nascimento, mas, impresso no cérebro durante a infância, nunca mais se apagaria” (EUGENIDES, 2014, p. 446). Em ambas as constatações, é possível cravar que a perspectiva médica compreende o gênero como sendo determinado por aspectos físicos e, sobretudo, pelo modo como o indivíduo em questão é criado, isto é, a partir das normas que lhe são impostas desde seu nascimento.

Já na sala de exames, Calíope é examinada pelo médico que, atento àquele corpo posto em sua frente, não se demonstra chocado, mas, ao contrário disso, se mostra curioso e admirado nas características físicas da menina: “[...] vi que Luce segurava a flor de açafreão entre o polegar e o indicador. Esticava para fora com uma das mãos e media com a outra” (EUGENIDES, 2014, p. 447). Quando Calíope refere-se à “flor de açafreão”, ela o faz motivada pela aparência que sua genitália vinha tomando nos últimos tempos desde que havia entrado na puberdade: “[...] meu corpo até então parado no tempo sofreu um surto de crescimento de proporções incomuns e consequências imprevisíveis” (EUGENIDES, 2014, p. 331). Talvez fosse “elaborada demais”, “uma flor de estufa”, como ela mesma nomeava sua genitália, mas isso não importava já que assim era seu corpo, assim era sua “flor”: rara como a flor de açafreão ou mesmo “uma estranha espécie de flor” (EUGENIDES, 2014, p. 359). O que se pressupõe com isso é que a genitália de Calíope, embora aparentasse ser normal para ela, ainda que tivesse suas peculiaridades, trazia algo em sua constituição que a fazia ser classificada, diante dos saberes médicos aos quais foi submetida, como “diferente”. Possivelmente um clitóris demasiadamente grande para ser uma genitália feminina, ou ao contrário disso, um clitóris

demasiadamente pequeno para ser uma genitália masculina. Ambas as formas corporais tratam de rupturas de normas estabelecidas que garantem a definição sobre como deve ser um corpo-homem ou um corpo-mulher.

Após a avaliação, dr. Peter Luce conversa com os pais de Calíope para situá-los diante de toda a situação que os afligia naquele momento. Na breve conversa com Milton e Tessie, o médico indica que, para obter êxito no caso, será necessário realizar uma série de exames psicológicos na menina, pois só assim poderá discutir o possível tratamento a ser feito. A articulação entre os saberes médicos e os saberes psi na decisão da fabricação de corpos-homens e corpos-mulheres permitem vislumbrar que se deva existir na/no paciente uma coerência entre corpo e mente, algo que nos remete à necessidade da identidade de gênero não se desvincular do sexo biológico. Trata-se, pois, de um processo complexo, já que envolve disputas e negociações entre os diferentes profissionais médicos e seus respectivos campos de conhecimento. Há, nesse sentido, uma busca incessante por parte desses sujeitos para saber onde se inscreve, afinal, a diferença entre os sexos (MACHADO, 2008a).

Apesar da tentativa de esclarecer o máximo possível sobre qual era o problema enfrentado pelas crianças que passavam por seu consultório, “Luce sentia que os pais não eram capazes de assimilar uma designação ambígua de gênero. Era preciso dizer se o bebê era menino ou menina. O que significava que, antes de qualquer coisa ser dita, era preciso saber qual dos gêneros prevaleceria” (EUGENIDES, 2014, p. 448). O fato da intolerância diante das múltiplas possibilidades corporais, às quais os sujeitos estão arriscados, evidencia o caráter restritivo dos corpos que devem, dentro de uma matriz binária, ser dotados de uma estética feminina ou masculina, isto é, ser enquadrados em um padrão que os possibilitem ser reconhecidos como mulheres ou homens. No caso de Calíope não é diferente. No entanto, muitos eram os fatores que complicava seu diagnóstico: se por um lado os exames médicos mostravam que sua genética gozava de um maior status masculino, por outro era necessário considerar seu sexo de criação, ou seja, o feminino.

Já nos dias seguintes, os exames psicológicos eram realizados. As questões feitas por dr. Peter Luce buscavam respostas para saber qual era, de fato, a verdadeira identidade de gênero de Calíope. Apesar da sinceridade com que o

médico tratava a menina, essa já não correspondia da mesma forma. Quando questionada sobre seus desejos afetivos e sexuais, ela prontamente mentia dizendo se sentir atraída apenas por meninos. Em suas respostas estavam uma mistura de medo e indecisão, já que não podia revelar aos pais e nem a ninguém seus sentimentos, e nem mesmo ela tinha certeza daquilo que lhe ocorria, isto é, a paixão nutrida por sua melhor amiga. Desse modo, “o mais minúsculo pedacinho de verdade tornava críveis as maiores mentiras” (EUGENIDES, 2014, p. 454), no sentido de que a partir das coisas por ela ditas, seu futuro seria mudado.

Após duas semanas de avaliações, o médico marca uma conversa com Milton e Tessie, na qual ele coloca a real situação de Calíope. Depois de uma explicação feita em termos biológicos, dr. Peter Luce passa a explicar de maneira mais comum, para que os pais da menina pudessem realmente compreendê-lo, alegando que embora ela tivesse sido criada como uma menina (ela mesma se reconhecia assim), seu corpo era constituído por hormônios masculinos em excesso, daí a necessidade de corrigi-la. Assim, o tão esperado diagnóstico é anunciado:

O tratamento que eu recomendaria para a filha de vocês tem duas etapas. Primeiro, a das injeções de hormônios. Depois, a da cirurgia cosmética. Os hormônios extras vão dar início ao desenvolvimento dos seios e reforçar as características femininas secundárias. A cirurgia vai proporcionar à Callie a aparência exata da menina que, desde sempre, ela sente que é. O interior e o exterior vão ficar em conformidade. Ela então parecerá uma menina normal. Ninguém terá como dizer nada em contrário. E a Callie vai poder seguir em frente e aproveitar a vida (EUGENIDES, 2014, p. 465).

A passagem acima revela quais os procedimentos adotados pela medicina no processo de erradicação da intersexualidade, e explicita o imperativo de se estabelecer a coerência entre corpo e gênero. Para que isso ocorra em Calíope, é imprescindível o desenvolvimento de aspectos considerados femininos, a partir da aplicação de hormônios, e a “correção” de sua genitália que apresenta características consideradas masculinas, isto é, um clitóris possivelmente grande demais que se aproxima à estética de um pênis, sendo esta uma condição corporal incondizente com sua identidade de gênero. Machado (2008a) aponta que na “construção” do sexo da criança intersex, os médicos entendem esse processo como uma tentativa de “restaurar uma natureza incompleta”, de modo que o resultado final atinja uma suposta “harmonia” entre essa categoria e vários outros

elementos como traços físicos, os gestos e as condutas. Apesar disso, ressalta a autora, nem sempre esse projeto é bem sucedido, visto que, em situações específicas de crianças definidas como meninas, por exemplo, caso a elas não cumpram as determinações médicas, corre-se o risco de haver uma “masculinização” em seus corpos, tal como ocorre com a personagem. Desse modo, é certo afirmar que “a suposta ‘masculinização’ denuncia que não há um sexo verdadeiro, ou uma divisão dicotômica natural, já que a estabilidade do binarismo sexual precisa ser constantemente produzida pelo uso dos hormônios” (MACHADO, 2008a, p. 211).

Enquanto no hospital ocorre o diálogo entre dr. Peter Luce, Milton e Tessie. Num gesto de curiosidade, Calíope vai à biblioteca da cidade e recorre ao dicionário para desvendar os significados dos termos científicos utilizados pelo médico na conversa anterior que tivera com ele. Como uma trilha, as palavras procuradas a direcionam ao termo “hermafrodita” que, mesmo sem ser referido por qualquer outra pessoa em algum momento, faz com que a menina estabeleça relação com o “problema” de seu corpo que a fizera chegar até ali. Acontece, porém, que, junto à palavra em questão, havia a indicação de “monstro” como seu sinônimo, fazendo com que, a partir daquele momento, a menina se reconhecesse como tal: “O sinônimo era oficial, palavra de autoridade; era o veredicto passado pela sociedade a uma pessoa como ela. *Monstro*. Isso é o que ela era. [...] o sinônimo a perseguiu” (EUGENIDES, 2014, p. 468, ênfase no original). Além de permitir ponderar que as crenças de que os corpos não enquadrados no padrão binário são sinônimos de monstruosidade, e assim se cristalizaram em forma de saberes oficiais que respaldam as práticas sociais, jurídicas e médicas, a cena citada nos leva a argumentar que, ao reconhecer-se como um “monstro”, Calíope o faz por perceber que seu corpo não corresponde ao que é aceito culturalmente, qualificando-se, por isso, na definição de “corpo abjeto”, ou seja, um corpo que não a permite ser reconhecida como sujeito e por isso nem mesmo gozar uma visibilidade social (BUTLER, 2013).

Apesar do sentimento de espanto, diante da palavra que descobrira como “significado” de sua condição, Calíope volta a se encontrar com dr. Peter Luce para uma conversa final. Em um momento de desatenção do médico, a menina consegue ter acesso à pasta de arquivos na qual ele mantinha as anotações sobre seu caso,

inclusive onde já se encontrava o resultado final de todos os exames, médicos e psicológicos, aos quais vinha sendo submetida desde o início. No documento, dr. Peter Luce dizia que embora a constituição hormonal de Calíope fosse demasiadamente masculina, a identidade de gênero com a qual foi criada, somada aos comportamentos e desejos manifestados pela menina, apontavam para a necessidade de se realizar a cirurgia de redesignação sexual, em paralelo com tratamentos hormonais, de modo que sua genitália ficasse em conformidade com sua identidade de gênero. Calíope se nega a aceitar aqueles resultados finais já que, como a própria personagem reconhece, ela havia mentido sobre muita coisa que possivelmente teria influenciado na determinação de Peter Luce: “A culpa não foi só do dr. Luce. Menti pra ele sobre muita coisa. Sua decisão se baseou em dados falsos” (EUGENIDES, 2014, p. 475).

Inconformada, a menina decide ir embora às escondidas: “Sentia que escapava para me salvar [...]” (EUGENIDES, 2014, p. 480). A súbita fuga de Calíope pode ser entendida, pois, como uma forma de resistência às práticas médicas que naquela situação insinuavam a correção de seu corpo como forma de deixá-lo em conformidade com sua identidade de gênero, assim como a cultura estabelece que homens e mulheres devem ser. Na tentativa de “salvar” a si mesma, acaba por contestar as teses acreditadas como verdades de uma época. A partir do bilhete deixado por ela como forma de aviso aos seus pais, onde revela sua identidade de gênero como sendo masculina, pode-se comprovar a complexidade que marca os corpos que não correspondem aos ideais normativos e por isso precisam ser (des)feitos para que sejam reconhecidos como humanos (PINO, 2007). A personagem que desde sua infância fora criada como menina, mas que na adolescência descobre seu corpo como não sendo de um sexo uno, passa a experimentar o gênero oposto ao qual vivera até então.

Ao reivindicar para si uma identidade masculina, Calíope desestabiliza o pressuposto que toma o gênero como categoria determinada pela característica sexual. O rompimento com a noção de dependência entre essas unidades, na definição daquilo que se reconhece como uma mulher ou como um homem, permite vislumbrar que “o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como

um feminino” (BUTLER, 2015b, p. 26, grifo da autora). Pode-se pensar, nesse sentido, que o desejo da personagem mobiliza essa mesma reivindicação, entendendo-se desejo não como desejo sexual ou afetivo, mas sim como o desejo por reconhecimento, tal como aquele proposto pela filosofia hegeliana⁹. Quase ao fim da narrativa, a própria personagem admite essa condição: “nunca me senti fora do lugar sendo menina. Até hoje não me sinto totalmente à vontade entre homens. O desejo me fez cruzar a fronteira para outro lado, o desejo mais a facticidade do meu corpo” (EUGENIDES, 2014, p.520).

A partir dessas proposições, é possível argumentar que o uso do termo *queer* como um adjetivo a qualificar o corpo de Calíope significa, pois, que as personagens recusam as imposições das normas sociais e culturais que regem a definição daquilo que se compreende como um corpo normal, aceitável, inteligível. Calíope não ambiciona um lugar estável em meio aos corpos-homens e corpos-mulheres; ao contrário disso, aceita seu status de abjeto e o afirma a partir de sua resistência às regulações de gênero, as quais, segundo Judith Butler (2006, p. 88, tradução nossa), exercem uma função quase imperceptível: “a produção de parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram”¹⁰.

A melhor forma possível de conceituar a condição de Calíope se dá, portanto, nas palavras de Guacira Lopes Louro:

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o ex-cêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p. 57).

⁹ Para Hegel, filósofo alemão, o desejo está ligado à necessidade do Eu em se reconhecer e tomar consciência de si mesmo a partir do reconhecimento feito pelo Outro. Nessa perspectiva, o sujeito só pode se compreender como um sujeito social se for reconhecido por seus pares. Para uma introdução aos conceitos hegelianos mais utilizados por Butler, consultar a obra de Sara Salih (2015).

¹⁰ No original: “la producción de parámetros de personas, es decir, el hacer personas de acuerdo con normas abstractas que a la vez condicionan y exceden las vidas que hacen - y rompen (BUTLER, 2006, p. 88).

Destarte, cumpre realçar que não se deve, de modo algum, ajuizar a experiência intersex sob um ponto de vista homogêneo, uma vez que cada sujeito marcado por essa condição reivindica para si qual a melhor forma de se viver. Se por um lado há pessoas que desejam as intervenções médicas para que possam gozar de um status de normalidade, por outro, há aquelas que se opõem a tais práticas. No entanto, apesar da existência de muitas subjetividades intersex, deve-se considerar que a experiência de tais indivíduos se desenvolve sob um ponto em comum: “dos procedimentos médicos destinados a erradicá-la” (CABRAL & BENZUR, 2005, p. 295, tradução nossa)¹¹. Com Calíope não é diferente: apesar de seu corpo ter sido alvo de um investimento médico pautado pelas premissas heteronormativas, a personagem vê no ato de mantê-lo na “fronteira” junto à determinação de assumir um gênero oposto ao qual foi criada, a possibilidade de realização de seus desejos afetivos e sexuais socialmente reprimidos desde quando criança, ou em outros termos, busca a estruturação de sua ascese pessoal.

Diz Joan W. Scott (1998, p. 304) que “tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos”. Nesse sentido, é certo assegurar que para garantir visibilidade à experiência intersex é preciso, sobretudo, analisar os processos históricos que, por meio dos discursos produzidos em determinados espaços e tempos, “posicionam [esses] sujeitos e apresentam suas experiências”. Para tanto, continua ela, em direção contrária aos enquadramentos teóricos e metodológicos, feitos por muitas pessoas comprometidas em traçar uma história das identidades social e culturalmente estigmatizadas, estas identidades não devem ser encaradas como dadas, naturais ou mesmo fixas, sob o risco de se apagar os processos que as constituíram e as colocaram naquela condição. Torna-se imprescindível, pois, um olhar que permita desvendar não as identidades desses sujeitos, mas antes os processos sociais que as constroem e a relação mútua na qual são produzidas as diferenças entre elas (SCOTT, 1998).

Se somos limitados pela materialidade do nosso corpo, e esse limite físico não pertence nunca a nós, tal como sugere Butler (2015a), cabe-nos pensar, então, sobre quem detém o poder de limitá-lo. É apenas a partir da reflexão sobre como os corpos são produzidos e sustentados por regulações que garantem a eles uma

¹¹ No original: “de los procedimientos médicos destinados a erradicarla” (CABRAL & BENZUR, 2005, p. 295).

suposta inteligibilidade, é que poderemos fazer possíveis os espaços de realização política no que se refere à reivindicação das múltiplas formas de se habitar nosso próprio corpo. Além disso, é urgente que a concepção heteronormativa dos corpos que pauta as práticas médicas, e que silenciosamente deteriora as subjetividades intersex seja revisitada, a fim de que se interrompa a realização das chamadas “cirurgias corretoras”, tornando possível, desse modo, que as vidas que habitam esses corpos vivam livremente suas identidades, desejos e afetos.

Diante desses fatos, é possível dizer que uma das formas de Jeffrey Eugenides subverter a intersexualidade se dá pela representação de um personagem que contesta as teorias da época sobre o corpo intersex a partir de suas próprias ações colocadas no corpo do texto. Para refratar os discursos médicos e psiquiátricos sobre o corpo biológico (lembre-se aqui que tais pressupostos continuam em voga em tempos atuais), o autor investe em um personagem que transita entre o gênero feminino e masculino, mas que ainda assim não se reconhece em nenhum desses dois polos. Ao assumir uma identidade masculina sem passar pela chamada “correção genital”, o personagem coloca em xeque os saberes psiquiátricos que caracterizavam essa condição como transtorno psicológico sob a rubrica de disforia de gênero. Além disso, a recusa de Calíope às intervenções médicas em seu corpo pode ser lida como um ato de resistência política, uma vez que o personagem parece reconhecer o fato de que é no corpo onde as instituições médicas exercem sua força em máxima potência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste texto, diante da costura teórica às cenas do romance, torna-se possível compreender que, em *Middlesex*, Jeffrey Eugenides utiliza estratégias localizadas no plano textual que possibilitam a subversão da intersexualidade, fazendo com que o leitor compreenda essa condição não como uma anormalidade, mas sim como mais uma das formas possíveis dos corpos humanos. Por meio da focalização e da narração feita pelo próprio protagonista, o autor encontra a oportunidade de dar voz a alguém socialmente estigmatizado, que está em ‘desarmonia’ com os pressupostos do gênero tão necessários para a aceitação do sujeito como ser humano. O personagem reivindica seu lugar enquanto sujeito a partir da escrita da própria história, e compreende que a partir do falar do si ele pode reorganizar sua vida, dar um sentido outro para suas experiências.

No romance de Jeffrey Eugenides, o discurso científico é subvertido, questionado e refratado a partir das ações do próprio personagem. Durante toda a história, informações científicas dos campos da medicina e psicologia acerca da intersexualidade são dadas como verdades inquestionáveis, e todas elas anunciando tal condição como uma doença, anormalidade, algo a ser tratado. Contudo, as ações de Calíope mostram que tais pressupostos são, na verdade, construções culturais, já que se valesse para todos os casos, eles seriam confirmados nas ações do personagem. Nesse sentido, importa, para Eugenides, problematizar o regime binário do sexo, o qual é tão necessário para a determinação do gênero. A composição de um personagem que transita entre o gênero masculino e feminino mostra que esta categoria é fluída e não estagnada.

Em *Middlesex*, Jeffrey Eugenides intenciona engendrar significados sociais que possibilitam a textualização da intersexualidade, deslocando as concepções normativas do sexo e do gênero. “Destarte”, como argumenta Alós (2007, p. 208), “o texto ficcional se faz uma *ficção política*, na medida em que aciona o desejo de intervenção na cultura a partir da práxis cultural”. Isto significa que, por meio de seu romance, Jeffrey Eugenides assume um caráter de produtor de uma realidade sobre os corpos, sobre os gêneros, sobre as identidades, sendo esta produção também um ato político e que faz parte de um compromisso ético com os grupos minoritários.

Diante disso, cumpre dizer que se a literatura é capaz de reinscrever a noção cultural sobre os corpos, gêneros e sexualidades dissidentes, seu uso deve ser

exagerado, seja em qual espaço for. A partir dela é possível ressignificar as ideias que há séculos circulam como “verdades” sobre os sujeitos, “verdades” estas que marginalizam, violentam e matam gays, lésbicas, travestis, enfim, qualquer pessoa que atravessa a tênue e quase invisível linha que divide as binárias expressões do gênero, do afeto, do desejo. Assim, pensar a literatura como um artefato que ensina que outras existências são possíveis é importante para que não mais se reproduza essas práticas de desumanização que recebem classificações de todos os tipos como homofobia, lesbofobia, transfobia, entre outras, mas que ao fim e ao cabo não passam de atos cometidos por uma recusa ao ser humano, atos que destituem o principal direito que tem o ser humano: o direito à vida.

Nesse sentido é que se pode argumentar que a representação literária de um sujeito intersex que subverte as possibilidades do gênero nos faz pensar sobre a literatura como um artefato cultural capaz de intervir e reordenar o imaginário social acerca de tal grupo identitário e de nos permitir (re)pensar sobre o gênero enquanto categoria binária estritamente ligada à categoria sexo. Sobre esta questão, Judith Grossmann (1982, p. 70) diz:

A desordenação da realidade pelo discurso literário visa a uma ordenação mais orgânica da mesma, *feita*, efetivamente. Assim, qualquer processo que, em primeira instância, possa parecer um afastamento, até mesmo excessivo, da realidade, tal como distorção, nuançamento, realce, apagamento, macroscopia, *lay-out*, detalhamento, etc., porque, no início, dificulta a sua captação, acaba por compensar amplamente essa dificuldade, produzindo uma percepção mais rica e aguçada da mesma. Tais procedimentos fazem com que o representado apreça sob uma outra luz e uma outra claridade, que, antes, em estado de natureza, permaneciam invistas, à custa de cânones específicos, tanto estabelecidos pela obra, quanto pela tendência literária. Evidentemente, trata-se de criar um tropeço para a percepção, de modo a causar, no final do processo, o desvelamento da realidade (GROSSMANN, 1982, p. 70, ênfase no original).

Por isso, embora muitas sejam as dificuldades de acabar com o preconceito, o ódio ou qualquer sentimento que implique no apagamento tanto simbólico quanto físico do ser humano, as possibilidades dessas situações não devem ser vistas como esgotadas. Daí então é que se coloca a importância de resistir: de resistir às forças que constituem os espaços e tempos, e resistir, enfim, ao que e a quem possa impedir os gestos de liberdade do sujeito ser quem ele é.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORD ALLIANCE. Disponível em <<http://www.accordalliance.org/>>. Acesso em: 09 de set. de 2015.

BAL, MIKIE. *Narratology*. 2nd Edition. Buffalo: The University of Toronto Press, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 287. 2015a.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 288 p. 2015b.

_____. *Deshacer el género*. Tradução de Patrícia Soley-Beltran. Paidós, 2006.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3^a Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 151-172.

CABRAL, Mauro; BENZUR, Gabriel. *Cuando digo intersex*. Un diálogo introductorio a la intersexualidad. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, p. 283-384.

CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Guardini R. Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

EUGENIDES, J. *Middlesex*. Tradução de Christian Schwartz. 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FAUSTO-STERLING, Anne. *The five sexes: why male and female are not enough*. *The Science*. March/April, 1993, p. 20-24.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. 1^a ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GENETTE, Gerard. *Nuevo discurso del relato*. Madri: Catedra, 1998. p. 5.

GROSSMANN, Judith. *Temas da teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1982.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA (ISNA). Disponível em: <<http://www.isna.org/>>. Acesso em: 09 de set. de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Paula Sandrine. *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sóciomédico e cotidiano da intersexualidade*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008a.

_____. Intersexualidade e o Consenso de “Chicago”: As vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, Outubro de 2008, p. 109-124. 2008b.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Revista Periódicus*, v.1, n.1, mai-out 2014, pp. 68-91.

PINO, Nádía Perez. *A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos*. Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007, p. 149-174.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macario. *Dicionário de teoria da narrativa*. Sao Paulo: Atica, 1988. p.

SALIH, Sara. *Judith Butler a Teoria Queer*. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 1ª ed. 2ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, (16), fevereiro de 1998, p. 297-325.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? *Revista Letras*, Santa Maria, n. 16, jan./jun. 1998, p. 183-196.